

LA RESPOSTA POLÍTICA NA PENÍNSULA IBÉRICA FACE À INVASÃO NAPOLEÓNICA—ACÇÃO DAS JUNTAS GOVERNATIVAS EM PORTUGAL

António PEDRO VICENTE¹

No decorrer da usurpação napoleónica a Espanha, antecipando-se a Portugal, leva a cabo, no âmbito do governo das *Juntas* uma revolução liberal através da acção sistemática que teve lugar em Cádiz e no labor das suas Cortes.² Curiosa a sincronia entre a Guerra da Independência e uma importante mutação política. A reforma do estado e da administração fazia-se sentir simultaneamente e no seio de graves dissidências e desfasamentos políticos. A imobilidade do tempo de Carlos IV, enquanto rei de Espanha, levava, agora, estando ausente, depois de abdicar em Fernando VII, os espanhóis a tentar a conquista do poder político para impôr novos critérios na organização da sociedade.³ Fernando VII, também ausente e o mais destacado dos “afrancesados” ao ter abdicado em José Bonaparte, contribui para o surgimento e a acção das *Juntas* em todo o território espanhol. Estas, assumindo ingredientes de soberania, constituirão factores da “revolução” que veio a ter lugar no cenário de Cádiz. As *Juntas* serão, assim, perante a paralisação das velhas instituições, pequenos núcleos onde o povo legitimará as autoridades por si criadas ou pelos seus representantes.

Em Portugal, no decorrer das sucessivas invasões francesas a partir de 1807 e até que os exércitos napoleónicos abandonem definitivamente o país (1811), também as Juntas,

¹ Profesor catedrático da Universidade Nova de Lisboa.

² SECO SERRANO, Carlos: «Introducción» in Miguel Artola, *La España de Fernando VII*, Madrid, 1999, p.15.

³ PEDRO VICENTE, Antonio: «A imagem de Fernando VII na literatura panfletária portuguesa 1808-1814» in *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

seguindo o exemplo do país vizinho, iriam a assumir um certo tipo de soberania, face ao clima de quebra de estruturas então vivido. Estas virão a influenciar a nova ordenação política, social e administrativa que se imporá a partir de 1820.

Para que se compreenda a formação e acção das Juntas em Portugal, torna-se necessário explicar a razão que levou à sua criação em Espanha. Suscita-se pois que, num sucinto apontamento, se recordem as circunstâncias políticas que então aí levaram ao seu estabelecimento. Essas circunstâncias diferem, naturalmente, nalguns aspectos, dos eventos que então eclodiram em Portugal. É verdade que os fundamentos que sustentavam o Estado português foram menos abalados que os do seu vizinho. Contudo, os desígnios do invasor propunham, para ambos os reinos, a sua conquista e perda de independência.

Carlos Seco Serrano compara a situação criada em Espanha pelos acontecimentos de 1808 - condição para a revolução política que culminará em Cádiz - com os episódios vividos em França vinte anos atrás. Então como nesse tempo, intuitivamente, o povo modelara “na sua unidade de luta, com o seu entusiasmo abnegado, uma concepção nacional à moderna, embora mobilizado pela defesa dos dogmas tradicionais do antigo regime - o trono e o altar.⁴ Em Espanha, no entanto, ao contrário do que se passara em França, existe um factor mobilizador da reacção - o confronto com a “águia imperial”, que eliminando a tradicional soberania, terá contribuído para tornar “desejado” um soberano absoluto.

A actividade das *Juntas* provinciais, ocorrida em Espanha a partir de 1808 tem, entre outras, como consequência, a aparição das *Juntas Americanas*. Se em Espanha a anulação do trono e, indirectamente, do Antigo Regime virá pôr em acção um movimento de cariz revolucionário com as consequências conhecidas, na América foi a “presumível anulação da metrópole”, provocada pela ocupação francesa, que determinou o aparecimento de novas entidades políticas surgidas dos velhos vice-reinados.

No Brasil factores diferenciados mas também relacionados com as invasões napoleónicas viriam, igualmente, a contribuir para a sua futura independência.⁵

⁴ SECO SERRANO, Carlos: Ídem, *Ibidem*, p. 17.

⁵ PEDRO VICENTE, Antonio: *Art.cit.*, p. 1110.

Fernando VII regressa a Espanha em 24 de Março de 1814 entre o entusiasmo e as aclamações das multidões, depois de, em Dezembro de 1813, pelo Tratado de Valençay, Napoleão lhe haver devolvido o trono de Espanha. Desde logo não acata o itinerário que as Cortes lhe haviam determinado para alcançar Madrid, afirmando, assim, a sua soberania. Em 4 de Maio desse ano, assina o decreto em que se declara contra a Constituição, derogando todo o labor legislativo elaborado em Cádiz. Esse mesmo decreto alude, contudo, à revitalização das Cortes medievais e à intenção de não governar despoticamente. Assim, se desvaneceu todo o labor provocado pela crise de 1808 - motim de Aranjuez e abdicação de Carlos IV, captura da família real em Bayona, revoltas populares do 2 de Maio e acção das *Junta Suprema Central* e das *Juntas* Provinciais.

A intervenção de Napoleão na Península Ibérica dá-se na época de maior apogeu da sua glória. As vitórias de Tilsit e Yena e o avanço dos seus exércitos até ao Báltico possibilitavam-lhe, a partir de 1807, a antiga e desejada penetração no território peninsular. A política de Godoy, no seu relacionamento com a França Consular, de aparente adesão à política napoleónica, hesitante desde o início, viria ser fortalecida pelo corte de relações com o Reino Unido. Já em 1801, com o pretexto de atacar o reino lusitano, o poderoso dirigente espanhol abriu os seus domínios ao exército do seu aliado. A “Guerra das Laranjas”, que nesse ano irá ter lugar em território português, deve ser observada como uma primeira investida francesa na Península. Efectivamente, apesar de só as tropas espanholas terem penetrado em Portugal, os franceses, comandados pelo General Leclerc, localizavam-se, expectantes, no território espanhol, preparados para uma invasão que Napoleão desejava e obrigando, mais tarde, devido à sua permanência em território espanhol a um justo protesto. Não era, ainda, a invasão peninsular. Contudo, o observador atento ao desenrolar dos próximos cenários, percebe a razão pela qual, logo após os acordos e a paz de Badajoz (Junho de 1801), que levou os vitoriosos militares de Godoy a abandonar quase todo o território português conquistado, foi duramente contrariado por Napoleão.⁶ Mais tarde, o Tratado de Madrid (Agosto de 1801), que rectificaria o anterior, deve assumir-se como o prelúdio de uma política conduzida pela Espanha que teria levado o dirigente francês a pensar que o seu aliado de então não lhe oferecia garantia absoluta para objectivação da sua política continental, nomeadamente no espaço ibérico.

⁶ BRASÃO, Eduardo: *História Diplomática de Portugal*, vol. I, 1640-1815, Livraria Rodrigues, 1932, págs. 422/3.

A futura intervenção francesa em Portugal, nos finais do ano de 1807, então e ainda, em aliança com a Espanha que, nesse contexto, envia as suas tropas para coadjuvar as do General Junot, deve ser observada como uma consequência dos acontecimentos de 1801. Efectivamente, os seis anos que separam as duas investidas serviram para aprofundar os desígnios peninsulares de Napoleão. A sua intervenção em Espanha, pouco depois, num momento de grave crise política, afigura-se como uma decisão há muito acalentada por Napoleão. Efectivamente, quando Godoy é posto em causa, face às críticas políticas do futuro rei Fernando VII, ao tempo já jurado pelas Cortes como Príncipe das Astúrias, a família real espanhola divide-se, face à protecção que Carlos IV dá ao seu favorito. A abdicação do rei no seu filho, em 10 de Março de 1808, é mais um episódio da política interveniente de Napoleão em Espanha. É, então, que o dirigente francês actua, prelu-diando um novo destino para Espanha. Efectivamente, ao convencer Carlos IV a protestar por uma abdicação imposta, pela violência, no motim de Aranjuez, protesto que não colhendo eco em Espanha deu azo, no entanto, a que o dirigente francês, ocupasse o território espanhol com o pretexto, agora mais fundamentado, da ilegitimidade da sucessão de Fernando como rei. A atitude de Carlos IV vai facilitar a mediação estrangeira para a solução de uma questão constitucional que, legitimamente, deveria ter sido resolvida pelas Cortes ou pelo Conselho de Castilha. Fernando renuncia a coroa na pessoa de seu pai que, em Baiona, a entrega a Napoleão. Os espanhóis iriam, então, mudar de rei sem que os tradicionais órgãos da monarquia absoluta tenham intervido. Napoleão pode, agora, dispôr da coroa espanhola e nomear Murat, o Duque de Berg, para a presidência da Junta Suprema do Governo de Espanha. Napoleão nem sequer mudou a administração monárquica, partindo do princípio que, no desempenho dos seus cargos, os governantes deveriam, a partir daí servir como serviriam a Fernando VII.

Em breve, surgiram, espalhando-se pelo território espanhol, proclamações e panfletos manifestando fortes dúvidas sobre a legitimidade do novo governo. No conceito monárquico concebe-se o governo de uma comunidade pelo rei que recebe o poder de Deus mas que deve governar em proveito da mesma. O rei deve exercer o poder através de um contrato expresso em juramento para exercer o bem comum e observar as leis. A ele os súbditos guardam fidelidade. Este pacto renova-se com cada rei que sobe ao trono. Muitas vezes, segundo antigas jurisdições, o poder do rei nem sequer é absoluto se o reino reservar certas faculdades para serem exercidas pelas cortes. Os “foros e liberdades” limitam o poder do rei que não o exerce para bem da comunidade. Este torna-se um tirano quando governa contra os interesses do povo que, por direito natural, lhe delegou esse poder.

Fernando VII tinha sido legalmente jurado e, nesse sentido reconhecido. Contudo, Napoleão é um estranho que não pertence à família real nem prestou qualquer juramento perante a comunidade. A renúncia de Carlos IV em favor de Napoleão não será aceite como legítima. O povo espanhol vai renunciar o novo rei, José Bonaparte, e considerá-lo um tirano contrapondo-lhe Fernando VII, aprisionado em Baiona, como o seu legítimo soberano.

A quase total coincidência cronológica entre a cessão da coroa espanhola a Napoleão e o início da Guerra da Independência, no momento em que os exércitos franceses ocupam Madrid, mais alicerça a certeza das intenções francesas em relação à Península Ibérica. Cerca de 4 meses haviam decorrido sobre a chegada de Junot a Portugal em finais de Novembro de 1807. Nessa invasão e ocupação do território luso haviam participado tropas espanholas, então ainda aliadas ao Império. Como em 1801, irá funcionar a aliança franco-espanhola conduzida por Manuel Godoy. O dirigente espanhol teria dúvida das intenções francesas mas, face às promessas de posse de um reino em Portugal, confiou que, na luta entre a Inglaterra e a França, esta alcançaria a vitória.

A reacção contra os ocupantes de Espanha cedo se inicia. Contudo, só depois dos graves incidentes de 2 de Maio e da brutal repressão havida em Oviedo, em 9 do mesmo mês, após a publicação, na *Gazeta de Madrid* do dia 13, da renúncia de Fernando VII em favor do seu pai e da cessão deste a Napoleão, é que estala a rebelião, nos últimos dias desse mês.

O *Manifesto de 6 de Junho*, da *Junta de Sevilha*, verbera o imperador mas não incide sobre a cessão da coroa pois nele se considera a existência de um legítimo monarca de Espanha, não só porque não se acredita na renúncia deste, como se crê numa maquinação de Napoleão. Se a renúncia é verdadeira considera-se, contudo, que foi arrancada violentamente e, por isso, é nula. O protesto inicial que se inicia em Sevilha incide, fundamentalmente, na ocupação das tropas estrangeiras e nas violências por elas praticadas, no desprezo dos franceses pelas práticas religiosas, nas reformas que Napoleão propõe e, naturalmente, nas ofensas a que sujeitou a família real. Napoleão é acusado de *tirano* pelas manobras enganadoras que os panfletos, mais ou menos eruditos, divulgam por toda a Espanha. Nessa medida, sem direitos e poder legítimo considera-se a coroa vaga dado o seu detentor ser um *intruso*.⁷ Fernando VII que, antes de partir, constituíra em

⁷ GARCÍA GALLO, Alfonso: "Aspectos jurídicos en la Guerra da Independencia" in *Estudios de la Guerra de la Independencia*, vol. II. Institución Fernando el Católico, Zaragoza, 1965, págs. 95/96.

Madrid uma *Junta Suprema*, para governar na sua ausência, ao renunciar concedeu esses poderes a Carlos IV que por sua vez, nomeou como seu governador o General Murat que se irá impôr ao Conselho de Castilha. Afirma Garcia Gallo que nenhuma autoridade superior tinha o poder de Fernando para go-vernar em seu nome. Efectivamente as autoridades da *Junta* e do *Conselho* tinham recebido ordens de Carlos IV para obedecerem a Murat. Esta seria razão válida para temer que quem perturbasse a legalidade formal encontrasse a forte oposição do seu Governo.⁸

Um *levantamento* irá ter lugar por quase todo o território espanhol. A iniciativa partiu do povo e das autoridades que, em muitos casos, o secundou. Surgem as *Juntas* que irão ser criadas sem coordenação, sem um órgão que as dirigisse. Aliás, essa instituição, na sua formulação jurídico-administrativa e política não existia em Espanha. O Direito nacional não as previa e, tão pouco, seriam necessárias se a recém criada *Junta Suprema do Governo* em vez de servir os franceses, representasse o monarca. Nesse caso actuavam de pleno direito e dirigiriam o levantamento. Com o rei cativo o poder que, por direito natural, lhe corresponde cai na alçada do povo que, no caso vertente, não o pode ceder ao rei para que o governe.

Algumas *Juntas* tornam-se soberanas porque o poder reverte no povo que assume a soberania, ao encarnar o seu poder. Todas tendem a tornar-se “supremas”, por ausência de uma autoridade superior. Em breve, no mês de Agosto de 1808, as *Juntas* estendem a sua acção sobre cada um dos antigos reinos e províncias que compõem o território espanhol. Por vezes fundiam-se várias numa província. É o caso das que nasceram na Andaluzia que, em breve, se refundem na *Junta* de Sevilha.

Cada *Junta* é suprema e não subordina a de outro reino. Quando, por necessidade de coordenar a sua acção, se impõe que várias se fundem, esta fusão faz-se por um tratado (Tratado de União) como sucedeu com as de Galiza, Castilla e Leão.

São conhecidos os acontecimentos que preludiam a entrada das tropas francesas em Portugal. O Príncipe D. João, conhecedor das ameaças da invasão que há muito se anunciavam e que, agora, se objectivavam, abandona o país em direcção à colónia brasileira. Com a devida antecedência e conhecedor de uma impossível resistência aos invasores proclamou à nação a necessidade de seus habitantes receberem cordialmente os inimigos. Com a sua “fuga” estabeleceu-se um cenário bem diverso do que terá lugar em Espanha. Efectivamente, os membros da coroa portuguesa seguiram para a

⁸ Ídem. *Ibidem*, pág. 97.

colônia, por sugestão e escoltados pela marinha britânica. Configuraram então uma situação jurídico-política bem diversa da que se passou no país vizinho. Por esses dias, em finais do mês de Novembro de 1807, ainda os espanhóis, aliados a Napoleão, coadjuvavam as forças militares francesas na ocupação de Portugal.

Junot esperava, naturalmente, encontrar o exército português logo que transpusesse a fronteira. Contudo, nem uma patrulha divisou no horizonte, da quase deserta região que atravessou. Qualquer pequena força que aí se tivesse atravessado no seu caminho teria, decerto, destruído a seu depauperado exército. De Castelo-Branco seguiu para Abrantes, onde entrou no dia 23 de Novembro. Só no coração do país, Junot teve notícias da capital. Reuniu, então, 4 batalhões com um efectivo de 1.500 homens e seguiu a caminho de Lisboa, transpondo as portas de Arroios no dia 30 de Novembro. Aí teria constatado que o Príncipe Regente já embarcara com a família em direcção ao Brasil. Atravessando as ruas da cidade dirigiu-se à Torre de Belém e dali a S. Julião da Barra. No horizonte já não viu as velas enfunadas da esquadra, que navegava para sul. O príncipe, que ele tanto desejava aprisionar e colocar às ordens de Napoleão, escapara a tempo!

Nos dias seguintes foram chegando os restantes batalhões, e, finalmente, os de artilharia. Levou dez dias o desfilar do seu exército. Para quartéis prepararam-se o Castelo de S. Jorge, os conventos de S. Francisco aos Paulistas, de Jesus e outros. Os oficiais foram aboletados em casa dos moradores civis. Ao mesmo tempo que o exército de Junot, entravam em Portugal três divisões espanholas.⁹

O Príncipe regente, pouco antes, tudo tentara para demover o Imperador. Ainda fizera propostas de submissão às decisões imperiais, nomeadamente, para que o “bloqueio continental” fosse observado e os ingleses, residentes em Portugal, espoliados e perseguidos. A 30 de Outubro “ameaçou” com uma declaração de guerra à Inglaterra e, dias depois, com a prisão dos súbditos

⁹ Estas divisões eram constituídas por 23.755 homens de infantaria, 2.214 cavalos e 44 bocas de fogo, comandadas pelos generais Carrafa, D. Francisco Tarranco e D. Francisco Solano, marquês do Socorro. O primeiro repartiu as suas tropas por Lisboa e Porto; o segundo ficou nesta última cidade e o terceiro estabeleceu o seu quartel general em Setúbal, ocupando Elvas, Campo Maior, Estremoz e outras povoações.

britânicos que residiam em Portugal. Entretanto, deixara sair um navio, com todos os ingleses que quiseram embarcar com os seus haveres. O ministro de Inglaterra, lord Strangford, continuava em Lisboa e protestava, secretamente, a nossa pseudo-submissão à imposição francesa. Era a continuação da política dúbia, que alimentava as esperanças portuguesas após o Tratado de Basileia (1795).

O embaixador português em Paris chegava a Lisboa, despedido por Napoleão, com a notícia de ter encontrado, em Burgos, o exército francês. Entretanto, a esquadra inglesa, do comando de Sir Sidney Smith, veio bloquear a foz do Tejo, não só para vigiar a esquadra da Rússia, aliada da França, que entrara neste rio, como para manter em respeito os navios portugueses se os seus comandantes tivessem a veleidade de se declararem a favor dos franceses.

Só em 5 de Novembro o ministro inglês se retirou para a sua esquadra. Daí teria enviado ao governo português, no dia 24, o “Moniteur”, onde se transcrevia a declaração napoleónica de que “a Casa de Bragança deixara de reinar em Portugal”.¹⁰

O clero português, representado pelos seus bispos não vacilou, de início, na exaltação dos invasores, sancionando os primeiros editais de Junot, onde se afirmavam as intenções francesas de “proteger” os portugueses das investidas do domínio inglês como “principal causador do atraso e infortúnio do seu velho aliado”. Deve compreender-se a dúbia posição da Igreja que obedecia às directrizes do Regente para uma boa recepção do inimigo, tendo em vista evitar o derramamento de sangue, que se afirmava como certo, no caso de qualquer veleidade de resistência. Assim, com relativa acalmia, se passaram os primeiros dois meses da ocupação francesa. Só a partir de Fevereiro de 1808 o dirigente francês põe em execução as medidas que prefigurariam a verdadeira intenção de Napoleão, de anexar Portugal ao absoluto domínio francês. Foi nesse mês, precisamente, no dia 1, já após a dissolução da Regência que governava em nome do Príncipe Regente que, com o maior aparato público, as tropas francesas se perfilaram no centro de Lisboa sujeitando-se à revista de Junot. Daí, o general dirigiu-se ao palácio da Inquisição, com o seu Estado Maior onde, perante os governadores portugueses, leu o edital anunciando ao país a nova ordem política consagrando, oficialmente, a anexação e determinando, aos mais elevados funcioná-

¹⁰ TEIXEIRA BOTELHO, J. J.: *História Popular da Guerra da Península*, Lisboa, Livraria Char-dron, 1915, págs. 60-63.

rios públicos, além dos membros da regência qual o dia e hora aprazados para os cumprimentos ao novo chefe do Estado. A subserviência da maioria dos funcionários deve, em parte, ser admitida num país sem possibilidades de defesa, sem qualquer organização militar, com os seus máximos dirigentes ausentes no Brasil, ocupado por mais de 20.000 soldados franceses e, outros tantos, espanhóis. No entanto o servilismo face a Junot dos que seriam apelidados de “afrancesados” ultrapassou certos limites. É o caso do Corpo Comercial de Lisboa, que lhe ofereceu jóias de elevado valor, do clero que, não teve pejo de ordenar que nos templos se dessem graças a Deus pelo estabelecimento da autoridade francesa em Portugal, que nas suas pastorais, adidou servilmente o intruso chefe do estado e da Academia Real das Ciências que lhe ofereceu a cadeira da presidência.

Junot nesses primeiros meses de ocupação tinha razões para não recear os portugueses. Embora houvesse sinais manifestos de descontentamento, não se dera qualquer tentativa de rebelião. A aparente apatia do povo português não deve surpreender e tão pouco deve procurar-se o seu confronto como o que se passaria com a Espanha. As condições em que se achavam os dois países eram, então, profundamente diferentes.¹¹

Contudo, desde os primeiros meses de 1808 e no âmbito de uma resposta política face à Invasão Napoleónica em Portugal, constituirá uma poderosa arma de combate a extraordinária vaga panfletária que, então, se irá impor, constituindo factor importante nas acções conducentes à expulsão do ocupante. Pela primeira vez, se denota, em Portugal, um novo tipo de literatura de protesto, embora de cariz anti-revolucionário, ou melhor diríamos, contra a Revolução Francesa e os seus seguidores, neles incluindo, fundamentalmente, a figura de Napoleão. Paradoxalmente, esta nova literatura vem contribuir para uma abertura literária que virá a colocar-se, em breve, ao serviço dos ideais liberalizantes. Muitos dos autores que, no clima de guerra, escreveram “em liberdade” habituando-se ao protesto são os mesmos que, anos após, utilizarão a sua pena nos libelos acusatórios das estruturas absolutistas do antigo regime. Aliás, por alguma razão, as suas diatribes e queixas serão “censuradas” logo após a libertação do jugo napoleónico e quando os novos ideais se tentaram impôr.

Lisboa, sede dos nossos arsenais, achava-se fortemente ocupada pelo inimigo. Só havia que temer algum ataque exterior. Por essa razão Junot fizera guarnecer, com tropas, os fortes e baterias das margens do Tejo, reno-

¹¹ Ídem. *Ibidem*, pág. 96.

vando-lhes, também, o material de artilharia e colocando ao seu serviço, alguns dos nossos navios, então abandonados no rio Tejo.¹²

A esquadra inglesa, do comando do vice-almirante Cotton, bloqueava o porto de Lisboa, a pequena distância da terra. Por vezes, desembarcavam na costa pequenos destacamentos, que vinham fornecer-se de provisões. Os alarmes, por esse motivo, eram frequentes.

Em Portugal havia então um partido avançado, que aclamava as ideias da Revolução e vira, com simpatia, a entrada dos franceses. A vinda das águias napoleónicas “constituiu a aurora dos seus ideais”. Alguns deles redigiram e apresentaram às autoridades franceses uma representação, em que solicitavam reformas de cariz liberal. Para lhes dar maior significação, a entrega seria feita pelo juiz do povo, que era o presidente da mesa da *Casa dos Vinte e Quatro*, representante dos oficiais mecânicos, ou seja, dos operários lisbonenses. Dado que estes deputados eram eleitos, entendeu-se que eles exprimiriam, à falta de representação nacional, a concordância do país. Nessa representação pedia-se uma constituição e um rei constitucional da família de Bonaparte, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a religião católica como religião do estado, a liberdade de cultos, um ministério especial da instrução pública, liberdade da imprensa, responsabilidade ministerial, independência do poder judicial, o código napoleónico, a circulação dos bens de mão morta, um sistema de tributação equitativo e muitas outras providências, de acentuado carácter liberal. Tal representação não teria agradado a Junot, pois, sendo um dos pretendentes à coroa de Portugal, não podia admitir que se pedisse a Napoleão um rei constitucional da sua própria família.

Entretanto, a insurreição no país vizinho agigantara-se apesar de reprimida, com energia, desde o seu início e viria a ter enormes consequências em Portugal.

Napoleão ordenara, entretanto, a Junot que assegurasse as suas comunicações com a Espanha, que auxiliasse Dupont, então em operações na Andaluzia e que vigiasse os ingleses. Nos princípios de Junho o general francês Kellermann deslocou-se para Elvas, Avril seguiu para a Andaluzia e Loison para Almeida, afim de se unir a Bessières. Para Tomar foi mandada uma divisão, incumbida de vigiar as estradas que ligam o Sul ao Norte do país e proteger Abrantes, chave do Tejo e, nessa medida, das comunicações

¹² Veja-se PEDRO VICENTE, A.: *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*, volumes I, II, III, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1971, 1972, 1983.

com as praças alentejanas. A guarnição de Peniche foi, também, reforçada para vigiar a esquadra inglesa.¹³ Para a Figueira, Buarcos e outros pontos da costa foram mandados destacamentos de observação e vigia do litoral. Abril, atingindo a fronteira e reconhecendo a impossibilidade de cumprir a sua missão, retrocedeu para Estremoz. Loison não podendo passar além de Cidade Rodrigo, retrocedeu e veio estabelecer-se em Almeida.

O espírito de revolta que levantara a Espanha, passara a fronteira, comunicando-se logo às tropas espanholas de ocupação de Portugal. Muitas das que guarneciam o Alentejo conseguiram passar a raia, embora perseguidas pelos franceses. As do Porto, agora sob o comando do general Bellesta, que substituíra Taranco, falecido havia pouco, foram juntar-se ao general Blake, por ordem da *Junta* da Galiza.

A notícia desta debandada alarmou o general Junot, que, receando a influência que o procedimento dos soldados castelhanos poderia ter sobre a tranquilidade do país, resolveu desarmar a divisão do comando de Carafa, aquartelada em Lisboa e seus subúrbios. Enquanto isto se passava em Lisboa, a revolta contra o domínio francês eclodira no norte do país.

O general D. Domingos Bellesta, no dia 6 de Junho, véspera da sua retirada para a Galiza, prendeu o general Quesnel, governador do Porto em nome de Junot, os dragões da sua escolta e muitos outros franceses. Foi aclamado o Príncipe Regente e arvorada a bandeira nacional. Bellesta retirou-se no dia seguinte e muitos portugueses voltaram, pouco depois, à obediência de Junot. A mesma atitude foi tomada em Braga, que secundara o exemplo do Porto. A notícia da insurreição chegou, entretanto, a Trás-os-Montes. No dia 11 o general Sepúlveda, Governador das Armas da província, então vivendo em Bragança, escutando os anseios populares, reuniu alguns patriotas, aclamou o Príncipe Regente e chamou às armas os transmontanos. Logo organizou alguns regimentos de milicianos, estabeleceu relações com os generais espanhóis das províncias limítrofes, tratou da defesa da província e criou, à imitação do que se fizera em Espanha, uma *Junta* de governo, à qual viria a presidir. Chaves, Miranda, Torre de Moncorvo, Ruivães, Vila Real e toda a província secundou a heróica iniciativa de Sepúlveda.

¹³ TEIXEIRA BOTELHO, J. J.: *ob. cit.* pág. 99.

Em Viana ressoou o grito de independência no dia 17, em Guimarães no dia 18, em Caminha no dia 20, no Porto, pela segunda vez, também no dia 18, agora para, definitivamente, resgatar a sua anterior indecisão. Aliás, já depois de Trás-os-Montes se ter revoltado, ainda no Porto o governador das armas, o brigadeiro Luís de Oliveira da Costa, contribuiu para que se produzisse um retrocesso no movimento. Efectivamente, ordenou que os regimentos de milicianos se apresentassem na procissão do Corpo de Deus, no dia 16, com as águias francesas. Ao impôr o cumprimento de tal afronta, contribuiu para inflamar os impactos revoltosos da população. Dois dias depois, no dia 18, o povo amotinou-se e, sob as ordens do capitão de artilharia João Manuel de Mariz dirigiu-se ao campo de Santo Ovídio, onde se situava um edifício, que servia de quartel. Daí retirou algumas peças, ao mesmo tempo que desfraldava bandeiras e aclamava o Príncipe. Dirigiuse, depois, com a multidão para a Ribeira, na margem do Douro, juntandose-lhe pelo caminho muito povo, oficiais e antigos soldados. Chegada a onda humana à beira do rio, assestaram-se umas peças na direcção da ponte de barcas que, ao tempo, ali existia e, postaram-se outras em Vila Nova de Gaia, para atirar sobre as tropas francesas que, constava, já não estavam longe da cidade.

No dia seguinte foi contactado o bispo D. António S. José de Castro. Nomeou-se uma *Junta – Junta Provisional do Supremo Governo do Reino*, na qual entravam, além do bispo, como presidente, mais dois membros pela igreja, dois pela magistratura, dois pelo exército, sendo, um deles, o capitão Mariz, e dois pelo povo. A divulgação deste acto deu origem a grandes manifestações de júbilo por parte do público. Em toda a cidade foram ouvidos repiques de sinos, músicas e descantes de grupos populares. Alguns membros desta revolta viriam a tomar atitudes injustas para os que julgavam ser jacobinos. Prisões foram efectuadas e algumas desordens tiveram então lugar.

Junot tomou rápidas providências para contrariar o movimento e, nesse sentido, encarregou o general Loison de jugular a revolta. Este general, com esse fim, partiu de Almeida. Guerrilhas improvisadas barraram-lhe o acesso ao Porto. Acções de certo vulto tiveram lugar de Padrões de Teixeira na região do Douro. Lamego, Régua, Mesão Frio e outras localidades foram, então, palco de resistência camponesa. Voltou o general

francês a Almeida sem alcançar os seus objectivos.¹⁴ Entretanto, a revolta continuava a ganhar terreno.¹⁵ A retirada dos franceses mais animava os camponeses. Assim, Lamego, Viseu, Castelo-Branco, Guarda, Coimbra, faziam causa comum com o Minho e Trás-os-Montes. Em 22 de Junho levantou-se Aveiro, confraternizando, no movimento, o povo e as autoridades civis, militares e eclesiásticas.¹⁶

Alguns milicianos e paisanos armados, pertencentes às ordenanças de várias terras do norte, entravam em Coimbra no dia 23, aclamavam o príncipe regente e hasteavam a bandeira nacional.¹⁷ O povo da cidade adere ao movimento e tenta organizar-se militarmente. Constituiu-se um governo civil e outro militar e nomeou-se para o cargo de governador das armas o general Bernardim Freire de Andrade e Castro, presidente da Comissão de Oficiais da *Junta* do Porto. Para governador civil foi escolhido o Dr. Manuel Pais de Aragão Trigoso, Vice-Reitor da Universidade, homem considerado na cidade de grande saber e prestígio. Os estudantes e os lentes formaram um corpo militar, de cavalaria, infantaria e artilharia. As ordenanças e milícias dos povos vizinhos vieram aquartelar-se na cidade. Organizaram-se duas colunas, uma comandada pelo sargento Bernardo António Zagalo, estudante da Universidade, para ir libertar a Figueira da Foz, outra seria dirigida pelo sargento António Inácio Caiola. A primeira, sendo apenas composta de 40 voluntários académicos, quando chegou à Figueira, já aglutinara mais de 3.000 populares. O forte de Santa Catarina, que Junot mandara guarnecer para vigiar os ingleses, foi o alvo dos expedicionários. Os seus defensores capitularam, sem grande resistência e, foram conduzidos debaixo de prisão, para Coimbra, acompanhando os seus armamentos e algumas peças de artilharia, trofeus da aventura dos académicos do sargento Zagalo. O forte, foi, desde logo ocupado por um destacamento de 100 homens da esquadra inglesa.

A outra coluna saiu de Coimbra no dia 28 de Junho, dirigindo-se a Soure, Condeixa e Pombal, conduzindo, assim, a revolução cada vez mais

¹⁴ Idem. *Ibidem*, pág. 104.

¹⁵ MANUEL TAVARES, Pedro: Estudos Histórico-Militares. II Acção dos Padrões da Teixeira em 1808, Elvas, 1892.

¹⁶ AMORIM, Inês: "Municipalismo e Guerra Peninsular, contribuições para o seu estudo e o exemplo de Aveiro" in *Actas do Colóquio A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, vol. II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1990. Veja-se também Pimenta Belisário, *Invasões Francesas: Mais notas para a sua história no Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1947.

¹⁷ Veja-se sobre a rebelião em Coimbra o importante estudo de DE AVELLAR SOARES FERNANDES MARTINS, M^o Everlinda: *Coimbra e a Guerra Peninsular*, volumes I e II, Tipografia Atlântida, Coimbra, 1944.

para o sul. Daquela vila passou a Leiria, no dia 30 de Junho. Nessa localidade estacionaram alguns pequenos destacamentos de tropas francesas, que não tardaram a abandonar as margens do rio que banha a cidade. A vila piscatória da Nazaré revoltou-se, também, por este tempo e socorrendo-se dos habitantes de Leiria, expulsou os franceses do seu forte e de outros que se situavam próximos.¹⁸

Em Tomar aclamou-se o governo nacional no dia 2 de Julho. Chegara à Estremadura o grito revolucionário. Nesta província situava-se Lisboa, a capital do país que, com as povoações que a circundavam, estava ocupada pelo grosso do exército francês que, naturalmente, impedia qualquer progresso insurreccional. Aí as autoridades ocupantes tornavam-se cada vez mais opressivas.

Os povos do sul do rio Tejo também aderiram à revolta. Olhão, deu o sinal do levantamento, no dia 16 de Junho. Após a procissão do Corpo de Deus, a população rasgou uma proclamação afixada à porta da igreja matriz na qual Junot criticava o procedimento dos espanhóis. Alguns populares, armados com espingardas, que a *Junta* de Ayamonte lhes fornecera, fizeram prisioneiros entre os ocupantes. É digno de registo o audacioso feito dum marinheiro de Olhão, de nome Manuel Martins Garrocho que, querendo levar a notícia da insurreição ao Príncipe Regente, embarcou num pequeno *caíque* com alguns companheiros, a caminho do Brasil. Como recompensa da sua coragem e da boa nova de que eram portadores, o Príncipe deu-lhes um barco com que regressaram ao reino e algumas honrarias. Olhão recebeu, então, a denominação de *Vila de Olhão da Restauração* e, mais tarde, o conde de Castro Marim foi titulado com o título de Marquês de Olhão.¹⁹

Os habitantes de Faro, no dia 21, quando se viram livres de parte da guarnição francesa, que daquela cidade saíra em socorro de Olhão, revoltaram-se e aprisionaram o próprio governador, o general Maurin. O entusiasmo da sua população comunicou-se a outras terras algarvias, alastrando a revolta. No dia 21 nomeou-se uma *Junta* governativa, em que entraram dois representantes do clero, dois da nobreza, dois do exército e dois do povo, tendo como presidente o citado conde de Castro Marim, antigo governador e capitão general do Algarve. Um dos delegados do exército

¹⁸ BARREIROS, Fernando: *Notícia Histórica do Corpo Militar Académico de Coimbra*, ed. autor, Lisboa, 1918.

¹⁹ PEDRO VICENTE, A.: “O bom sucesso numa viagem ao Brasil dos Pescadores de Olhão” in *Revista Oceanos*, nº 46, Lisboa, 2001, e “As Invasões Napoleónicas no Algarve” in Maria da Graça Marques (coord.) *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Colibri, Lisboa, 1999.

era o capitão de artilharia Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, que mais tarde se notabilizaria nas lutas liberais. Esta *Junta* adoptou providências para defender o Algarve, organizando tropas, fortificando algumas localidades e mandando emissários a Sevilha, Ayamonte e Gibraltar onde se adquiriram um grande número de espingardas e bastante pólvora.

Na região do Alentejo a movimentação revoltosa iria deparar com maiores dificuldades. Efectivamente, ali se aquartelavam núcleos importantes de tropas inimigas. Kellermann, achava-se em Elvas com 6.000 homens e, em Estremoz, estava o general Avril, com cerca de 3.000. Não obstante, Vila Viçosa, no dia 19 de Junho, soltou o grito de independência. Aí os franceses não só reprimiram o movimento, mas também, saquearam a vila e assassinaram parte da sua população. Beja declarou a independência no dia 24. Os franceses atacaram a cidade. A sua população, sem disciplina, armamento, munições e direcção, entregou-se à mais completa anarquia, assassinando os que julgavam afectos ao inimigo. Os soldados de Napoleão entraram na cidade, cometendo abomináveis desacatos. Pouco depois, livre da guarnição francesa, que fora juntar-se a outras tropas e apesar de estar, ainda, bem recente, o que dentro dos seus muros ocorrera, Beja revoltou-se de novo, criou a sua *Junta* e tratou da sua organização militar. Campo Maior, dada a proximidade de Elvas, onde havia uma importante guarnição francesa, não se abalçou a aclamar o Príncipe. Contudo os patriotas Rodrigues Moacho e Luis Hara, dirigiram-se à *Junta* de Badajoz, da qual obtiveram a promessa de socorro que vieram a obter. Os espanhóis entraram na sua praça, no dia 2 de Julho, comandados por D. Nicolau Moreno de Monroy e logo se fez a aclamação da autoridade legítima e a nomeação duma *Junta*. Organizou-se o regimento de infantaria nº 20, que aí tinha o seu quartel, antes da entrada de Junot, criou-se um corpo de cavalaria sob a denominação de *Hussares de Campo Maior* e repararam-se as muralhas.²⁰ Uma deputação dirigiu-se ao Porto para se entender com a *Junta* do Supremo Governo. Enviaram-se, entretanto, expedições a outras terras raianas com o fim de fomentar a revolta. Dada a acção desses emissários e do auxílio da Espanha, foram aderindo ao movimento, sucessivamente, Ouguela, Castelo de Vide, Arronches, Portalegre, Alter do Chão, Crato, Borba, Vila Viçosa, Alandroal, Arraiolos, Evoramonte, Aviz, Fronteira e

²⁰ Para estudo mais profundo das Juntas do Alentejo pode consultarse SERPA, Eduardo. *A Sublevação de Évora contra Junot*, Lisboa, 1965; *Memória Descritiva do Assalto, Entrada e Saque da Cidade de Évora pelos franceses em 1808*, Évora, 1887; *Cartas da Junta Governativa de Campo Maior ao Bispo d'Elvas, D. José Joaquim d'Azeredo Coutinho e sua resposta*, Elvas, editor António José Torres de Carvalho, Elvas, 1908.

outras. Alcácer do Sal, imitando Beja, Grândola e S. Tiago de Cacem, pronunciou-se no dia 26 de Julho.

Merece menção especial a *Junta* de Estremoz que, à semelhança da de Campo Maior, reorganizou os seus extintos regimentos e outras tropas, juntou material de guerra e reparou cerca de 600 das muitas espingardas que estavam nos depósitos da praça as quais Kellermann mandara inutilizar para não servirem aos portugueses tomando outras providências de incontestável utilidade.

Évora, tinha uma situação preponderante entre as outras localidades do Alentejo. As *Juntas* de Badajoz e Sevilha e algumas povoações portuguesas suas vizinhas, conseguiram que, no dia 20 de Julho, se aclamasse o futuro rei D. João VI, aí hasteando a bandeira nacional. Foi nomeada uma *Junta* governativa, presidida pelo bispo D. Fr. Manuel Cenáculo Villas Boas, conhecido pela sua cultura e pelo exercício do seu ministério e, para o sector militar, foi designado o general Francisco de Paula Leite, antigo Governador das Armas da província. Em pouco mais de um mês a revolta estendera-se a quase todo o território português. Restava a capital e os seus arredores ocupados pelo exército francês. As *Juntas* desempenharam, neste contexto, uma acção notável e decisiva.

O exemplo da Espanha, que se antecipou na luta ao nosso país, bem como o auxílio moral e material que, em muitas situações, nos forneceu, contribuíram para a expansão de um forte sentimento patriótico. A ajuda deste país que, em breve, combateria ao lado de Portugal e dos exércitos ingleses em plena conjugação de esforços que se iriam protelar até 1814 foi, desde muito cedo, incentivo fundamental para a rebelião dos portugueses. Efectivamente, as *Juntas* nacionais, esses pequenos núcleos de feição soberana, que iniciaram em Portugal a movimentação anti-napoleónica devem, em grande parte, a sua existência e acção futura ao apoio prodigalizado pela Espanha, a partir de Maio de 1808. É de salientar, igualmente, uma relevante actividade editorial surgida em Espanha exclusivamente destinada a exaltar os portugueses para uma luta comum.²¹ Dada a passividade de que os portugueses deram nota até ao mês de Junho de 1808 (sete meses após a invasão de Junot) toda a movimentação que levou a estas vitórias deve ser

²¹ Traduziam-se, por esse tempo, em Portugal, panfletos de origem espanhola com sugestivos títulos. Veja-se como exemplo: Reflexões de hum verdadeiro Hespanhol sobre o Manifesto da Junta de Sevilha de 1 de Agosto de 1808 que trata acerca da organização do Poder Supremo da Nação; Carta de um amigo residente na Hespanha a outro de Lisboa em que se refere grandes acontecimentos. Impressão de Alcobia, Lisboa, 1808; Convite dos valentes Hespanhoes à honra da gloriosa nação portuguesa, na Nova officina de João Rodrigues Neves, Lisboa, 1808.

interpretada mais como resultado de atitudes temerárias do que de qualquer plano já concebido. Efectivamente, a falta de um exército e de qualquer organização só foi superada pela indómita vontade popular e pelo auxílio espanhol que, em breve, irmanava a sua luta com as dos portugueses. Sem essa ajuda o resultado final seria pouco significativo.

Em Espanha actuou-se doutra forma. Os seus exércitos bateram-se com o inimigo, muitas vezes com vantagem, como em Baylen. Em Portugal lutava-se com a população animada por sentimentos de amor patriótico, mas sem disciplina, sem preparação militar, sem armamento ou com armas incapazes e impróprias de um exército. O levantamento nacional que, então, eclodiu viria a contribuir para o êxito das operações militares que se seguirão ao obrigar o inimigo a dividir as suas forças. No Porto, como em quase todas as localidades, foi o povo quem lançou o grito de rebeldia numa conjuntura em que, inicialmente, muitos governantes afectos aos invasores, se retraíam e se sujeitavam ao jugo estrangeiro.

Como em Espanha algumas das *Juntas* governativas procuraram impor-se às outras.²² É o caso de Estremoz que tentou sobressair sobre todas as do Alentejo. Outras quiseram conservar-se independentes, até se convencerem da necessidade de conjugarem os seus esforços. Finalmente, todas as do norte do Tejo e, mesmo, algumas ao sul deste rio, acabaram por reconhecer a prioridade da *Junta* do Porto. Nesta cidade a colectividade entregou, voluntariamente, os seus destinos, na ânsia de se ver regido por um governo nacional.

Infelizmente alguns dos membros desta *Junta* viriam a incompatibilizaram-se. O bispo do Porto, a quem não faltavam qualidades de firmeza, decisão e actividade, ordenava as suas decisões relegando para posições subalternas os seus colegas do governo. Alguns não se conformavam com esta situação. Surgem discórdias que acabaram pela prisão e condenação arbitrária do capitão Mariz, um dos principais agentes do levantamento popular. Como o bispo tinha bastante prestígio entre o povo, e dele se viria a servir, explorando o seu fanatismo e ignorância, facilmente conquistou o poder, “alvo das suas aspirações”.²³ O povo também aí, muitas vezes come-teu descatos e excessos, prendendo aqueles de que suspeitava com o fundamento de serem jacobinos, afectos aos invasores, colaboradores e afrancesados. Essa fúria anti-jacobina levou ao extremo de se lançarem nas prisões aqueles que, de início, a mesma multidão aclamara. Apesar de tudo

²² TEIXEIRA BOTELHO, J. J.: *ob. cit.*, pág. 115.

²³ TEIXEIRA BOTELHO, J. J.: *ob. cit.*, pág. 116.

se, por vezes, a demagogia pretendia ditar a lei na rua, a *Junta* continuava a diligenciar por restaurar a nação e organizar a resistência. Naturalmente, as questões militares foram as que mais ocuparam aquela instituição. Assim, foi nomeado para dirigir o exército uma comissão de oficiais, tendo como presidente o general Bernardim Freire de Andrade. Publicou-se um decreto, convocando todos os indivíduos que tinham pertencido aos regimentos de infantaria e de cavalaria. Chamaram-se as milícias e ordenanças, criaram-se novas unidades: corpos de caçadores do Minho, Porto, Trás-os-Montes e Beira, de seis companhias cada uma e, igualmente, um corpo de voluntários eclesiásticos, composto por todos os padres e frades que pudessem pegar em armas, capitaneados pelo Deão da Sé e, ainda, um outro corpo de funcionários de justiça.

Essa *Junta* forçada a criar receitas para fazer face às novas despesas, recorreu ao imposto e tributou fortemente os principais géneros de exportação pelas barras do Norte, - Porto, Aveiro, Figueira, Viana, Vila do Conde e Caminha. Determinou-se, igualmente, que as quantias que se haviam depositado nos cofres públicos, para satisfazer a contribuição que Junot lançara sobre o país, revertessem a favor da *Junta* e aplicadas às despesas do estado. Com os fundos provenientes destas providências e com os rendimentos das confrarias e receitas produzidas por um empréstimo de dois milhões de cruzados, levantado no país, a *Junta* iria fazer face às despesas que a situação lhe impunha.

As relações internacionais, não foram descuradas. O governo da *Junta* iria estabelecer relações com a sua congénere da Galiza. Esta recebeu os emissários portugueses, prometendo-lhes o seu auxílio e empenhou-se para que as outras *Juntas* espanholas a imitassem no seu procedimento. Para Londres foram enviados, nos fins de Julho, o visconde de Balsemão e o Desembargador João de Carvalho Martens da Silva Ferrão, com o fim de pedirem ao governo inglês um empréstimo de três milhões de cruzados, mantimentos, munições, armamento, fardamento, equipamento e cavalos, além dum corpo auxiliar de 6.000 homens. O governo inglês, o primeiro interessado em abater o poderio de Napoleão na Península, acedeu prontamente aos seus desejos. Aliás, por esse tempo um exército inglês, que se fizera ao mar com destino às costas da Galiza, teve ordem de desembarcar em Portugal. (Agosto de 1808). Em breve os encontros vitoriosos de Columbeira, Roliça e Vimeiro, em que os exércitos ingleses tomaram parte activa, iriam consumir a libertação dum país que Napoleão, em 1807, tentara anexar para maior expansão da sua política continental.